

BEST MEDICAL OPINION CONDENA FRAUDES NA INVALIDEZ MAS EXIGE COERÊNCIA À ORDEM DOS MÉDICOS

"Se percebermos que a vida realmente tem um sentido, percebemos também que somos úteis uns aos outros. Ser um Ser Humano é trabalhar por algo além de si mesmo."

Viktor Frankl in «O Homem em Busca de Um Sentido»

Lisboa, 13 de Abril de 2026 – Perante a recente reportagem do programa "Investigação SIC" sobre irregularidades em processos de aposentação por invalidez, e face à subsequente reacção da Ordem dos Médicos (OM), na pessoa do seu Bastonário, Sr. Dr. Carlos Cortes, a Best Medical Opinion, instituição de referência na área das peritagens / avaliações periciais em Saúde, nomeadamente em contexto de avaliação de invalidez / incapacidade e do dano corporal, vem publicamente expressar a sua posição e exigir coerência no sector.

1. Repúdio pela Instrumentalização do Acto Médico

A Best Medical Opinion manifesta o seu total repúdio pelas condutas denunciadas na aludida reportagem da SIC. A confirmar-se a veracidade dos factos, estamos perante violações de extrema gravidade em diversos domínios, que devem ser devidamente investigadas pelas entidades competentes, o que estará em curso. Estas violações parecem incluir a dimensão fiscal, uma vez que as peritagens médicas, incluindo aquelas realizadas em contexto de eventual aposentação por invalidez, não têm uma finalidade terapêutica ou curativa, estando, por isso, sujeitas à taxa normal de IVA de 23%, sendo a sua facturação um dever elementar.

"A confiança no sistema de previdência social depende da capacidade de distinguir entre práticas individuais desviantes e o exercício legítimo, rigoroso e pautado pelas boas práticas e pela ética que devem nortear a actividade médico-pericial", sustenta Pedro Meira e Cruz, director da Best Medical Opinion, defendendo que "em todas as situações que envolvam uma peritagem médica, individual ou colegial, incluindo avaliações para eventual aposentação por invalidez, é fundamental que cada processo seja apreciado, desde o primeiro momento, exclusivamente, com base no rigor científico, na deontologia e na independência técnica, seja o acto praticado em contexto público ou no domínio privado".

2. A Incoerência da Ordem dos Médicos: Dois Pesos e Duas Medidas

A Best Medical Opinion subscreve integralmente a afirmação do Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos, que veio publicamente condenar "qualquer actuação que instrumentalize o acto médico para fins alheios ao interesse dos doentes, ao rigor clínico e ao cumprimento da lei". Contudo, a Best Medical Opinion não pode deixar de apontar uma profunda e preocupante contradição institucional proveniente do seio da própria OM. O rigor ético e o cumprimento da lei não podem ter dois pesos e duas medidas:

- **Por um lado**, a Ordem dos Médicos condena legitimamente a instrumentalização do acto médico para obtenção de reformas indevidas por indivíduos;
- **Por outro lado**, a própria Ordem dos Médicos, através da Comissão Técnica do Colégio da Competência em Avaliação do Dano na Pessoa, emitiu recentemente a **Norma Procedimental n.º 1/2026**, que instrui os Peritos Médicos a ignorar legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro – que é o instrumento normativo fundamental que regula a avaliação do dano em contexto de acidentes de trabalho), diploma que, aliás, está em plena consonância com a jurisprudência uniformizada do Supremo Tribunal de Justiça.

A Best Medical Opinion salienta que um dos signatários da referida Norma é entrevistado na mesma reportagem da SIC, onde apregoa o cumprimento da lei, das boas práticas e da ética.

3. O aparente "Lobby" e os Prejuízos para os Cidadãos

Ao tentar impor normas internas que contrariam a Lei e, conseqüentemente, beneficiam directamente os interesses financeiros do sector segurador (em prejuízo das incapacidades reais dos acidentados de trabalho), aquele órgão da Ordem dos Médicos está a incorrer na mesma falha que o Senhor Bastonário condena: a instrumentalização do acto médico.

"A independência pericial deve ser blindada contra todas as formas de corrupção ou pressão" afirma Pedro Meira e Cruz, acrescentando que "Não podemos aceitar que a ética seja aplicada apenas quando convém. A ética e a independência profissionais devem ser absolutas e estar protegidas contra qualquer forma de cedência: seja perante a tentação de negociatas individuais que visam deturpar a verdade clínica, seja perante normas institucionais que pretendam limitar a aplicação da lei. Exigimos à Ordem dos Médicos a mesma coerência que ela, no âmbito da investigação em causa, está a exigir – e bem – aos seus membros (os Médicos): que respeite a soberania técnica dos Peritos Médicos e os direitos inalienáveis dos sinistrados, abstendo-se de emitir quaisquer orientações passíveis de condicionar o

cumprimento da legislação no domínio das peritagens médicas de avaliação do dano corporal, porquanto fazê-lo configura uma intromissão no acto médico, agravada pelo facto de tal intromissão ser potencialmente desfavorável àqueles que, desde logo, a aludida legislação, aplicável ao acto de avaliação do dano corporal, visa proteger – os Sinistrados."

A Best Medical Opinion reafirma o seu compromisso inabalável com o estrito cumprimento da legalidade nas actividades periciais em Saúde, com a defesa da transparência, mantendo-se, como sempre, Ao Serviço dos Cidadãos e da Justiça.

Nota Final: A Memória Institucional e a Coerência

É, no mínimo, digno de uma nota especial que o factor de bonificação 1.5, cuja aplicação é prática comum e consolidada há décadas nos tribunais portugueses, tenha passado a ser apresentado como um "problema" por quem, no passado, validava esta mesma prática enquanto dirigente de instituições públicas da área. Causa estranheza que a visão técnica sobre um direito dos sinistrados mude tão radicalmente após a transição do serviço público para a colaboração, praticamente plena, com o sector segurador. A legislação permanece a mesma, tal como a argumentação que lhe subjaz. O que parece ter mudado foi apenas a perspectiva de quem, hoje, ao serviço de outros interesses, certamente bem elevados, procura amordaçar os profissionais médicos no cumprimento da lei.

Sobre a Best Medical Opinion ↓

A Best Medical Opinion é uma empresa portuguesa especializada em emissão de pareceres médicos independentes e realização de avaliações periciais médicas e psicológicas. Disponibiliza também outros serviços de índole pericial diversa no âmbito das ciências forenses.

Implementada em 2010, a Best Medical Opinion foi, em Portugal, a primeira instituição privada a disponibilizar Pareceres Médicos emitidos, exclusivamente, com base na documentação clínica fornecida com o objectivo de ajudar a esclarecer dúvidas sobre a saúde individual.

A Best Medical Opinion presta, actualmente, diversos serviços valorizados pela população em geral. Sobressaem os pareceres médicos, pareceres médico-legais e outros pareceres técnicos, as actividades periciais médicas e psicológicas, incluindo diligências - juntas médicas, perícias colegiais e outras intervenções periciais - em Tribunais, Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Instituto da Segurança Social (ISS), e ainda verificação da situação de doença, nomeadamente, nos termos do Art. 18.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro e traduções médicas.

A empresa oferece serviços a nível nacional e internacional, nomeadamente para os PALOP.